

**POTENCIAL AGROECOLÓGICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE
COMUNIDADES RIBEIRINHAS AGROEXTRATIVISTAS DO MARAJÓ,
AMAZÔNIA ORIENTAL**

*AGROECOLOGICAL POTENTIAL OF SMALL-SCALE AGRICULTURE OF
AGROEXTRACTIVIST RIVERINE COMMUNITIES IN MARAJÓ, EASTERN AMAZON*

Júlio César Vieira FRARE¹; Ivanildo Amorim de OLIVEIRA¹; Ludmila de FREITAS¹

¹Docentes do Instituto Federal do Estado do Pará – IFPA – Campus Breves – Pará – Brasil

julio.frare@ifpa.edu.br

RESUMO

Foi conduzido um diagnóstico rural de comunidades ribeirinhas formadas por agricultores familiares e extrativistas em seis municípios do Marajó: Bagre, Breves, Chaves, Gurupá, Portel e São Sebastião da Boa Vista. Essas famílias vivem de pesca artesanal, caça, extrativismo e agricultura, com destaque para a produção de macaxeira. A pesquisa teve como objetivo identificar o potencial agroecológico da agricultura praticada por esses agroextrativistas. Constatou-se que, apesar da frequente prática da queima antes do plantio como técnica principal de preparo do solo na região, fato que enriquece o debate a respeito da real sustentabilidade da agricultura local, esses agricultores não utilizam produtos sintéticos nem fertilizantes químicos, pelo contrário, estão acostumados a fazer a compostagem de produtos orgânicos, além de utilizarem preparados caseiros para afugentar as pragas das lavouras. A agricultura da região pode ser considerada como familiar uma vez que a produção agrícola é voltada principalmente para o consumo da família, sendo produzida em pequena escala, sem uso de maquinários e com mão de obra majoritariamente familiar. É possível afirmar, portanto, que a produção agroextrativista desses povos, em muitas situações, dialoga com os princípios da agroecologia, apresentando, inclusive, potencial para certificação orgânica.

Palavras-chave: Agroecologia. Agroextrativismo. Certificação orgânica. Diagnóstico rural. Preparo do solo.

ABSTRACT

An agrarian diagnostic of riverine communities composed by small farmers and extractivists was conducted in six municipalities of the Marajó island: Bagre, Breves, Chaves, Gurupá, Portel and São Sebastião da Boa Vista. These families live from fishing, hunting, extractivism and agriculture, especially growing cassava crops. The objective of the research was to identify the agroecological potential of the agriculture practiced by those agroextractivists. It was found that, despite the traditional use of fire before planting as the main practice of soil preparation, which itself demands a wider consideration of the real sustainability of the local

agriculture, farmers do not use synthetic products or chemical fertilizers, on the contrary, they are used to organic composting and homemade products used for pest control. The local agriculture could be identified as a small-scale farming practice according to the Brazilian laws since food for subsistence is its main product, which is obtained without the use of machinery, essentially through family labor. Therefore, it is possible to state that the agroextractivist production of these people dialogues, in several points, with the principles of agroecology and shows great potential for organic certification.

Keywords: Agrarian diagnostic. Agroecology. Agroextrativism. Organic certification. Soil preparation.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é a região menos populosa do país, com rico patrimônio ambiental e cultural, mas contraditoriamente aparece entre os menores índices de IDH e mais baixos valores de PIB do Brasil (IBGE, 2013). Na Mesoregião do Marajó, Pará, as populações tradicionais que se estabeleceram às margens dos diversos rios, muitos descendentes de povos indígenas, nas denominadas comunidades ribeirinhas agroextrativistas, desenvolveram suas práticas agrícolas e estabeleceram uma relação própria para com a floresta, utilizando-a para os mais diversos fins, como moradia, alimentação, fonte de medicamento e geração de renda, entre outros (LIRA e CHAVES, 2016).

O ribeirinho, quando se refere ao seu lugar de moradia, no geral, localiza-se como morador de uma determinada comunidade, pois é nela que ele cria, recria e socializa os seus saberes. A comunidade é, portanto, esse espaço de vida, uma referência importante para o ribeirinho, pois é nela que está o seu “pedaço de terra” a qual foi herdada de seus antepassados, fato esse que produz no sujeito uma relação afetiva e histórica com ela (SANTOS, 2014). De acordo com Cristo (2007), o acesso às comunidades ribeirinhas é realizado por pequenas e médias embarcações, que, dependendo da localidade, podem existir dificuldades para navegar entre os furos dos rios marajoaras, sendo que “os ribeirinhos do meio rural vivem em pequenas comunidades e vilas de madeireiras e, em sua maioria, habitam residências localizadas às margens dos rios, dos igarapés, furos e igarapés”.

As populações desse ambiente convivem com uma grande diversidade de recursos naturais e se desenvolvem com base no conhecimento que foi repassado por seus antepassados, ou nas suas experiências de campo. As técnicas de exploração estão de acordo com as condições locais de clima, solo e vegetação. Nesses locais, a busca dos recursos depende somente do ribeirinho, levando as comunidades a criarem sistemas próprios de manejo, com pouca base técnica. As comunidades que habitam as áreas de várzea sobrevivem economicamente do extrativismo vegetal, principalmente do extrativismo do açazeiro, de acordo com Farias (2012). O modo de vida dos agricultores familiares da Amazônia advém de seu conhecimento sobre os ecossistemas de várzea e terra firme do uso e manejo dos recursos naturais da região, e esse conhecimento foi adquirido por meio de um processo adaptativo e renovado em seu cotidiano e repassado por várias gerações (CASTRO *et al.*, 2007).

Historicamente as áreas de várzea do estuário paraense são ocupadas por populações que cristalizaram sistemas de uso dos recursos naturais caracterizados como manejo e

manipulação complexos, pois combinam várias atividades de subsistência de acordo com hábitos e padrões culturais que se adequaram aos diversos ecossistemas típicos da região, a saber: a várzea, a terra-firme e o igapó, além dos inúmeros ecossistemas aquáticos com os quais essas populações se relacionam cotidianamente. É nesse contexto que se inscreve o cotidiano em uma comunidade ribeirinha amazônica localizada na região do Marajó. Trata-se de uma dinâmica fortemente ligada aos rios, às várzeas, aos igarapés, aos furos, às ilhas etc., ambientes estes que fazem parte do cotidiano e constituem importantes aspectos da espacialidade que envolve a dinâmica socioespacial local.

O objetivo deste trabalho foi fazer um diagnóstico rural das comunidades ribeirinhas da região do Marajó com o intuito de entender as práticas de manejo adotadas por essas populações e averiguar o potencial agroecológico de sua produção agroextrativista.

MATERIAL E MÉTODO

O diagnóstico rural foi realizado entre agosto e setembro de 2016, envolvendo dezesseis comunidades ribeirinhas distribuídas em seis municípios da Mesoregião do Marajó (Figura 1): Bagre, Breves, Chaves, Gurupá, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

Figura 1 – Municípios da Mesoregião do Marajó, Estado do Pará, Brasil. Fonte: Adaptado de “Movimento Marajó Forte”.



Foram aplicados questionários a um total de quarenta chefes de família, escolhidos entre os seis municípios estudados, o que representa de 20 a 30% do total das famílias que habitam essas comunidades. Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente durante a visita às comunidades, sendo as entrevistas conduzidas por alunos do curso técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Pará – IFPA Campus Breves –, sob orientação de seus professores, conforme metodologia descrita por Brito Júnior (2011). As perguntas do questionário foram elaboradas em sala de aula e tinham como objetivo levantar informações a respeito das práticas agrícolas comumente empregadas na agricultura familiar ribeirinha, visando identificar quaisquer afinidades com os conceitos agroecológicos. As informações obtidas por meio da aplicação dos questionários foram trianguladas com a base de dados disponível na literatura e com depoimentos de informantes-chave, tais como líderes comunitários e extensionistas da Empresa Brasileira de Extensão Rural – EMATER – por intermédio de aplicação de entrevistas semiestruturadas (FIGARO, 2014).

Foram objeto de estudo as seguintes comunidades: no município de Bagre, Canduba e Santa Cruz; em Breves, Nossa Senhora Perpétuo Socorro, Macujubim e São João Batista; em Chaves, a comunidade Menino Deus; em São Sebastião da Boa Vista a Ilha Paquetá II; em Gurupá, Conceição e Nazaré; e finalmente em Portel, Nossa Senhora Aparecida, São Benedito, Sant’ana, Santo Ezequiel Moreno, São João Batista, Santa Luzia e Caminheiros do Bem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população ribeirinha das comunidades agroextrativistas da região do Marajó é composta majoritariamente por pessoas não alfabetizadas ou que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio. A população mais jovem, ou seja, aquela entre 12 e 25 anos de idade, encontra-se em sua maioria matriculada em escolas públicas. Ainda que estejam estudando, esses jovens também contribuem nas atividades agrícolas ou domésticas. A situação da maioria das escolas das comunidades, porém, é precária. Faltam professores, os salários estão atrasados ou o espaço físico disponível é insuficiente ou inapropriado ao ensino, de acordo com os entrevistados. A situação na área da saúde não é diferente. Na maioria das comunidades não há postos de saúde, e, quando há, não estão em plenas condições de funcionamento. A identidade religiosa é, em sua maioria, católica. A renda familiar varia de meio a um salário mínimo, sendo a maioria dependente de programas sociais de transferências

de renda, como o Bolsa Família. Contribui como parte da renda a venda de produtos do agroextrativismo, como farinha e goma de mandioca, açaí, palmito, peixes e, ocasionalmente, frutas como cupuaçu, limão, banana e abacaxi (Figura 2). As famílias dessas comunidades são compostas por cinco a seis membros, sendo, geralmente, pai, mãe e três ou quatro filhos.

Ainda que os agricultores familiares das comunidades estudadas não utilizem o termo “agroecologia”, aplicam esse conceito no seu dia a dia, associando esse princípio aos do extrativismo sustentável. Segundo Lira e Chaves (2016), o extrativismo faz parte da cultura popular dos povos amazônicos. Além dos produtos oriundos do extrativismo e da agricultura, esses povos também consomem carne de caça e pesca artesanal. Iniciativas de criação de peixes, seja em tanques-rede ou em viveiros escavados, ainda são escassas, apesar do enorme potencial para a atividade na região (SOUZA et al., 2015). Dentre os animais de caça mais utilizados na alimentação estão paca, capivara, tatu, veado, preguiça, catitu, cutia, tracajá, jacaré, mucura e jucuraru, um animal que lembra o jacaré, mas que apresenta menor porte. A criação de suínos e aves é bastante comum na região, enquanto que a criação de abelhas para produção de mel, entretanto, ainda é uma prática incipiente.

Figura 2 – Venda de produtos da Agricultura Familiar ribeirinha na região Marajoara.

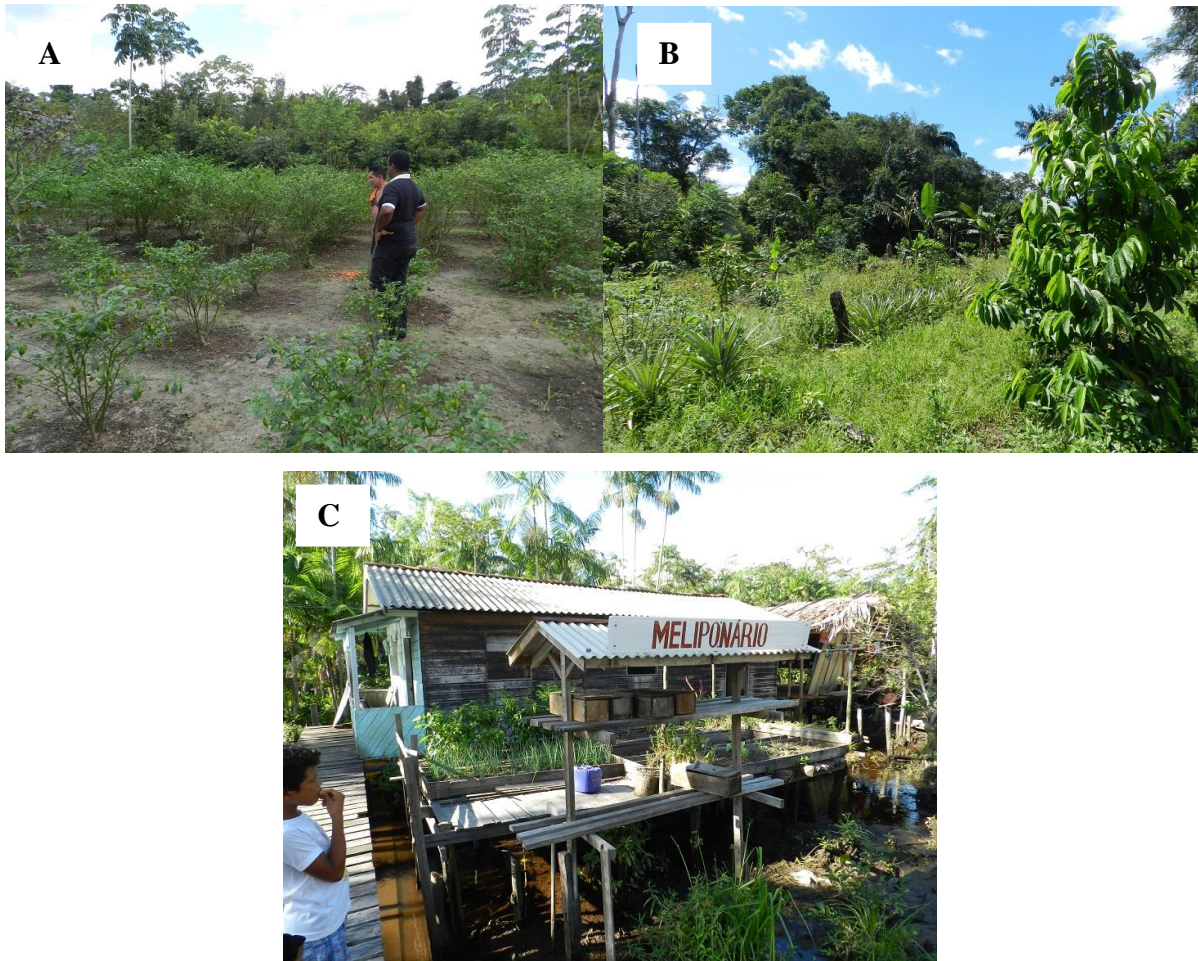


A população ribeirinha vê a floresta como fonte de suas riquezas. É dela que se extrai a madeira utilizada para a construção de casas e a folha de palmeiras que lhe serve de cobertura. As frutas regionais são tão apreciadas quanto a caça; as sementes e plantas medicinais são utilizadas na medicina popular e também parte de sua renda está

principalmente associada à venda do fruto e palmito de açaí. Neste sentido, é preciso destacar ações recentes como as da EMATER-PA, que vêm despertando a consciência agroecológica dos ribeirinhos por intermédio de cursos de manejo de açaizal nativo. Hoje, os agroextrativistas estão familiarizados com termos como “plano de uso” ou “plano de manejo” sustentável da floresta e reconhecem a importância econômica e ambiental que têm para sua sobrevivência. Graças a iniciativas da esfera pública também há maior sensibilização quanto à caça, que não deve ser predatória, e respeito ao período de defeso, no qual se suspendem as atividades de pesca para permitir a reprodução dos peixes.

A relação desses povos com os rios e florestas está carregada de valor simbólico. As comunidades estão localizadas à beira dos rios, em áreas de várzea, o que traz implicações diretas às atividades desenvolvidas e estilo de vida da população (LIRA e CHAVES, 2016). Suas casas são feitas sobre o rio, suspensas em palafitas. Geralmente o ribeirinho possui uma roça afastada de sua casa, em “terra firme”, onde é possível plantar a mandioca e outras culturas que não toleram as condições alagadas. Além da mandioca, utilizada para fazer farinha e goma, é comum a rotação de culturas alimentícias como milho, melancia, maxixe e abacaxi. O plantio consorciado de jerimum, pimenta e maracujá ocorre em menor frequência. Além do açaí, nos quintais agroflorestais são comumente encontradas espécies nativas como o cupuaçu, taperebá, bacuri, goiaba e caju, além de exóticas, como a bananeira, mamoeiro, limoeiro e mangueira (Figura 3). Plantas medicinais e hortaliças como erva-cidreira, chicória, cebolinha e coentro são geralmente cultivadas em hortas suspensas construídas com estrutura de madeira ou improvisadas em canoas velhas, cestos, caixas, pneus ou baldes localizadas na frente das casas, na beira dos rios.

Figura 3 – Uso de adubo orgânico (moinha curtida) (A); prática agroflorestal (B); e módulo de horta suspensa consorciada com meliponário (C).



A agricultura praticada nessas comunidades tem características próprias da agricultura familiar (BRASIL, 2006) por contar com mão de obra majoritariamente familiar, com ocasional contratação informal durante a colheita do açaí; pequenas propriedades, que variam de 0,5 a 2 hectares, e produção a partir de insumos locais voltada principalmente para o consumo da família, com pouco excedente disponível à venda e geração de renda. Entretanto, a agricultura praticada pela maioria dos ribeirinhos na Amazônia está associada à prática da queimada, o que leva à perda de nutrientes acumulados na biomassa vegetal que se desenvolve sobre o solo.

Segundo Primavesi (2002), a matéria orgânica do solo nas regiões tropicais é considerada a principal fonte de nutrientes para as plantas, já que esses solos são naturalmente pouco férteis em nutrientes por conta da lixiviação e intemperismo a que estão expostos por conta da ação das precipitações abundantes. A agricultura de corte e queima, como é

chamada, pode levar à erosão e compactação do solo, dificultando a infiltração de água e favorecendo a perda de considerável porção fértil de solo, que é facilmente levada aos rios (SÁ *et al.*, 2007; PRIMAVESI, 2002).

A promoção de práticas alternativas à agricultura de corte e queima, como o Sistema Bragantino, Sistemas Agroflorestais (SAFs) ou integração lavoura-pecuária vem sendo oficialmente estimulada por empresas públicas como a EMBRAPA e a EMATER. Entretanto, agricultores têm demonstrado certa resistência em adotar essas práticas por razões ainda não totalmente compreendidas (SÁ *et al.*, 2007). Na região do Marajó, de acordo com esta pesquisa, práticas conservacionistas como o plantio sem queima e o uso de SAFs (Figura 4) foram relatadas como opção por produtores de comunidades que já haviam feito cursos de capacitação sobre o assunto. A EMATER/PA é uma entidade atuante na região, tendo oferecido cursos de Manejo do açaízal nativo, levando a essas comunidades o conceito de SAF e manejo sustentável na agricultura com o objetivo de se evitar o monocultivo do açaí.

Figura 4 – Plantio consorciado de açaí com frutíferas.



Como esperado pela equipe proponente deste estudo, o uso de adubos químicos entre os ribeirinhos é praticamente nulo em função dos elevados custos de importação e logística de transporte desses produtos dos centros urbanos até as comunidades. Como bem colocado pelos entrevistados, o rio é o único meio de transporte das comunidades, o que dificulta e encarece a aquisição de mercadorias (Figura 5). A adubação das culturas agrícolas é feita por meio de compostos orgânicos elaborados a partir da compostagem de sementes de açaí,

esterco animal, serragem de madeira e restos de culturas vegetais como a casca da mandioca. Também são utilizadas como fertilizante as cinzas oriundas da queima da capoeira e a “borra de barranco”, elaborada com as raízes do mururé, planta aquática comum na região.

Figura 5 – Principal meio de locomoção do ribeirinho na região Marajoara.



As principais pragas encontradas são lagartas, gafanhotos e formigas. Besouros, percevejos de solo e brocas aparecem como pragas secundárias. O controle é feito a partir de produtos alternativos, como a calda de tucupi e preparados à base de borra de café ou sabão. Para Altieri (2004), a agricultura sustentável não é a que unicamente substitui o uso de produtos químicos por produtos alternativos, mas sim aquela que leva em consideração fatores sociais e econômicos no intuito de reverter ou evitar a pobreza no campo e a crise ambiental recente. Segundo o autor, a agroecologia possibilita a manutenção de ecossistemas produtivos enquanto se preservam os recursos naturais e valoriza-se a cultura dos agricultores, permitindo a produção de alimentos de maneira socialmente justa e economicamente viável (ALTIERI, 2004), como é o caso das comunidades estudadas. O uso de insumos locais também é uma característica da produção agrícola sustentável, pois dessa maneira há menor gasto energético durante o processo produtivo.

Os principais problemas ambientais, na visão dos agroextrativistas, são o desmatamento e as queimadas, associados à poluição, escassez de caça e proliferação de doenças. A poluição ou quantidade de lixo jogado nos rios também foi ponto de destaque. As comunidades ainda não têm clareza das relações existentes entre desmatamento e degradação

de solos, apesar de vivenciarem na prática a exaustão e perda de fertilidade dos solos cultivados, razão pela qual o pousio de áreas agrícolas é prática comum. Entre os entrevistados, há quem associe sensações térmicas mais intensas ou “verão mais quente” à derrubada das grandes árvores da floresta e perturbações na natureza, consequência das queimadas e desmatamento predatório.

CONCLUSÃO

As características da agricultura familiar aliadas ao extrativismo vegetal proporcionam certa independência econômica aos agroextrativistas locais, possibilitando a manutenção de ecossistemas produtivos enquanto se preservam os recursos naturais e valoriza-se a sua cultura. Apesar do efeito negativo das queimadas enquanto técnica principal de preparação do solo na região, a agricultura das comunidades ribeirinhas estudadas dialoga com os preceitos da agroecologia em questões como a preservação da biodiversidade (manutenção das florestas ao redor da roça), a prática de rotação de cultura e consorciamento, uso de produtos alternativos para o controle de pragas e doenças e também utilização de adubos orgânicos obtidos a partir da compostagem de resíduos locais. Por essas razões, pode-se destacar, portanto, o potencial para certificação orgânica de sua produção.

Com a difusão de cursos de capacitação, notadamente os voltados ao manejo de açaiçais, e abrangência dos serviços de extensão rural prestados pela EMATER-PA, os produtores agroextrativistas dessas comunidades, organizados em cooperativas e associações, vêm se conscientizando da importância da preservação das florestas e rios para as futuras gerações e flertando com a possibilidade de geração de renda com a venda de produtos alternativos oriundos da agrofloresta. Entretanto, informações mais detalhadas sobre os canais de comercialização dos produtos produzidos e coletados, além de aprofundamento a respeito da renda e outros dados que permitem calcular a sustentabilidade econômica e ambiental da atividade ainda se fazem necessários no futuro para viabilização de uma certificação orgânica.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 25 de julho de 2006.

BRITO JÚNIOR, A.F.; JÚNIOR N.F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CRISTO, A.C.P. de; LEITE NETO, F. C.; COUTO, J. de J. Educação rural ribeirinha marajoara: Desafios no contexto das escolas multisseriadas. In: HAGE, S.M. (Org.). *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará*. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005, p. 114-131.

FARIAS, J. E. dos S. *Manejo de açazais, riqueza florística e uso tradicional de espécies de várzeas do Estuário Amazônico*. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) Amapá: Universidade Federal do Amapá, 2012.

FERREIRA, D. da S. Modo de vida e uso dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha das ilhas de Abaetetuba/PA. *Revista terceira margem Amazônia*, v.1, n.2, p.85-106, 2012.

CASTRO, A.P. *et al.* A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do Projeto Piatam. In: FRAXE, T. de J. P.; PEREIRA, H. dos S.; WITKOSKI, A.C. (Orgs.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA. p. 157-168, 2007.

IGARO, R. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, São Leopoldo, RS, v. 16 n. 2, p. 124-131, mai/ago 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de Contas Nacionais. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2013*. Rio de Janeiro, 2015. 68p.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. do P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan/mar 2016.

PRIMAVESI, A. *Manejo Ecológico do Solo: a agricultura em regiões tropicais*. 1. ed. São Paulo: NBL Editora, 2002. 541p.

SÁ, T.D.A. *et al.* Queimar ou não queimar? De como produzir na Amazônia sem queimar. *Revista USP*, São Paulo, n.72, p. 90-97, 2007.

SANTOS, J. dos. *Populações ribeirinhas e educação do campo: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA*. 2014, 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

SOUZA, R. A. L. de *et al.* A Piscicultura no Marajó, Pará, Amazônia Oriental, Brasil. *Boletim Técnico Científico do Cepnor* (Tropical Journal of fisheries and Aquatic Sciences), Belém, v. 15, n. 1, p. 23-29, nov. 2015.